

Projeto de Resolução n.º 954/XV/2.^a

Recomenda ao Governo que reforce a proteção do sobreiro em Portugal e defina critérios ambientais rigorosos na construção do novo aeroporto de Lisboa

Exposição de motivos

O sobreiro (*Quercus suber*) é uma espécie protegida e emblemática de Portugal com um valor ecológico bastante relevante, sendo uma espécie importante na regulação do ciclo hídrico e no sequestro do carbono.

Por estes motivos, o sobreiro foi reconhecido em 2011 - por unanimidade de todos os partidos da Assembleia da República - como a “Árvore Nacional de Portugal”, numa iniciativa com o objetivo de “contribuir para tornar mais visíveis alguns dos problemas associados à preservação desta espécie”.

Além disso, o sobreiro é uma espécie protegida em Portugal, através do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, que estabelece as medidas de proteção desta espécie e da azinheira.

No entanto, a importância do sobreiro parece ter sido esquecida pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática (MAAC), que tem utilizado a “imprescindível utilidade pública” para autorizar o abate de milhares de árvores desta espécie protegida, desvalorizando o interesse público da sua preservação.

A 1 de Agosto deste ano, foi publicado em Diário da República um despacho do Ministro do Ambiente e da Acção Climática, Duarte Cordeiro, que declara a “imprescindível utilidade pública” do futuro Parque Eólico de Morgavel, autorizando desta forma o abate de 1.821 sobreiros numa área de 32,22 hectares, nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém, onde ficará localizado o parque.

Em março deste ano, a associação Quercus denunciou o abate de mais de 300 sobreiros junto à linha ferroviária do Vouga, na freguesia de Macinhata do Vouga, por parte de uma empresa, subcontratada pela Infraestruturas de Portugal.

Também em março deste ano, nos concelhos do Cartaxo e Santarém, foi denunciado o corte de cerca de 200 sobreiros numa zona de floresta, onde se prevê a construção de uma grande central fotovoltaica, que abrange 518 hectares.

Por sua vez, com a construção das centrais fotovoltaicas da Torre Bela (Azambuja) e de Rio Maior, serão abatidos quase 900 sobreiros, a par de um dos maiores massacres que ocorreram contra a vida animal, onde em 2020 se abateram mais de 500 animais, e cujas responsabilidades continuam por apurar.

Em 2022, O Despacho n.º 2021/2022, assinado pelo Ministro do Ambiente e Ação Climática declarou de “imprescindível utilidade pública” a construção de uma central fotovoltaica nas freguesias de Margem e União das Freguesias de Gavião e Atalaia, concelho de Gavião, prevendo o abate de 1.079 sobreiros e 4 azinheiras, numa área de 14,83 ha.

Em Famalicão, a instalação de uma central fotovoltaica nas freguesias de Vilarinho das Cambas e Outiz, abateu 86 sobreiros adultos e 205 sobreiros jovens até dezembro do ano passado.

Em São João de Ver (Santa Maria da Feira), foi autorizada a realização de cortes em 471 sobreiros adultos e 1.772 jovens, em cerca de 20 hectares destinados à construção de mais uma central fotovoltaica.

Ainda em 2022 foi anunciado que a construção da Barragem do Pisão e de uma central solar vai levar à destruição de vastas áreas de montado, com o abate de mais de 30 mil sobreiros e azinheiras, além da afectação de alguns sítios arqueológicos.

Segundo uma investigação do Jornal Expresso, só nos últimos 13 anos, o Governo autorizou o abate de 16.706 sobreiros, 60% dos quais para projetos na área da energia, com base nos despachos publicados em Diário da República.

Desde 2011, já foram abatidos 35.000 sobreiros em Portugal e, até abril deste ano, estimava-se que já tinham sido abatidos 3.775 sobreiros e azinheiras para a concretização de grandes projetos solares.

Ou seja, em vez de promover a conservação e a importância do sobreiro para a sustentabilidade da floresta portuguesa, estabelecendo áreas de menor valor ecológico para a instalação deste tipo de projetos, o Estado continua a desvalorizar o valor ambiental da espécie, autorizando o seu abate.

A juntar a estes números, surge uma nova e mais séria ameaça à conservação do sobreiro em Portugal. Segundo notícias recentes difundidas na imprensa nacional, a opção de construção do Novo Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete pode colocar em risco a existência de um total de 250.000 sobreiros.

Veja-se aliás, que já em Março de 2021, o ex-Ministro das Infraestruturas, , alertou em audição na Assembleia da República que a opção de Alcochete para o Novo Aeroporto obrigava ao abate de mais de 1.000 hectares de sobreiros.

Esta informação consta no Estudo de Impacto Ambiental do Campo de Tiro de Alcochete realizado em 2010 e coloca a descoberto a ausência de critérios ambientais no processo de escolha da localização do novo aeroporto, conforme tem sido constatado por vários especialistas e associações ambientais.

A concretizar-se, este será um dos maiores atentados à conservação do sobreiro em Portugal nas últimas décadas.

Perante a pressão da opinião pública e das organizações não-governamentais de ambiente, em agosto deste ano, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática anunciou a criação de um novo grupo de trabalho (com mandato até 31 de dezembro de 2023)

com vista a "analisar as compensações por abate de sobreiros e avaliar e propor melhorias nesses processos". No entanto as medidas a adotar, só poderão ser aplicadas em projetos futuros, pelo que não impedem a concretização dos abates de sobreiros já anunciados.

O investimento em projetos de reflorestação para compensar os abates de sobreiros, é uma solução que pode minimizar os danos causados a longo prazo mas não compensa as perdas ambientais, especialmente os danos irreparáveis na biodiversidade que depende destes territórios.

Perante o anunciado abate de mais de 250 mil sobreiros, o PAN considera essencial garantir que a transição energética em Portugal e projetos relacionados com a mobilidade (ou transição energética), devem obedecer a critérios ambientais e de sustentabilidade rigorosos, sem colocar em causa os valores naturais e as manchas de sobreiros existentes no país, pelo que propõe o reforço da proteção desta espécie e uma avaliação ambiental séria relacionada com a construção do novo aeroporto de Lisboa, independentemente da sua localização.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República adopte a seguinte Resolução:

A Assembleia da República recomenda ao Governo que:

1. Solicite à CTI - Comissão Técnica Ambiental da solução Aeroportuária para Lisboa que, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, requeira um parecer ao Grupo de Trabalho criado pelo Ministro do Ambiente em Agosto de 2023 a propósito do abate de sobreiros em projetos futuros, sobre todas as opções que estão a ser consideradas para o Novo Aeroporto;
2. Solicite à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) que esclareçam, enquanto entidades

formalmente envolvidas pela Comissão Técnica Independente do Aeroporto, que posições já tomaram relativamente à proteção da floresta nos diversos projetos que estão a ser avaliados para a localização do Novo Aeroporto de Lisboa.

3. O Ministério do Ambiente acompanhe e colabore ativamente com a CTI, garantindo que a preservação dos valores naturais é tida em consideração.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2023

A Deputada,

Inês de Sousa Real